

DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA: REFLEXÕES SOBRE INTERSECCIONALIDADE

GENDER AND RACE INEQUALITIES: REFLECTIONS ON INTERSECTIONALITY

Zora Yonara Torres Costa¹

Instituto Federal de Brasília, Brasília, DF, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v2i2.88> Recebido em: 16.08.2024 Aceito em: 20.11.2024

Resumo: O presente artigo tem como objetivo dialogar sobre gênero, raça e interseccionalidade, de modo a promover luz as reflexões cultivadas no IV Colóquio Miroslav Milovic - Comunidade da Diferença ocorrido nos dias 11 e 12 de novembro de 2024. Discorreu-se sobre a pesquisa do doutorado *Educação profissional, permanência estudantil e desigualdades raciais e de gênero - o IFB-Gama*, trazendo elementos que se aproximam de estudos sobre a interseccionalidade. A abordagem aqui empreendida é qualitativa e exploratória, embasada em fontes secundárias, de acordo com nossos estudos compreende-se a interseccionalidade como central quando nos referimos a raça, gênero e classe. Portanto, conforme identificamos em nossa pesquisa a interseccionalidade se apresenta à condição racial e de gênero estes que são decisivos à permanência estudantil.

Palavras-chave: Comunidade da Diferença. Educação Profissional Pública. Interseccionalidade. Gênero. Questão Racial.

Abstract: This article aims to discuss gender, race and intersectionality, in order to shed light on the reflections cultivated at the IV Colóquio Miroslav Milovic - Comunidade da Diferença, which took place on the 11th and 12th of November 2024. The research was discussed of the doctorate Professional education, student retention and racial and gender inequalities - IFB-Gama, bringing elements that are close to studies on intersectionality. The approach undertaken here is qualitative and exploratory, based on secondary sources. According to our studies, intersectionality is understood as central when we refer to race, gender and class. Therefore, as we identified in our research, intersectionality presents itself to racial and gender conditions, which are decisive for student retention.

Keywords: Community of Difference. Public Professional Education. Intersectionality. Gender. Racial Issue.

1 Introdução

Inicialmente expressar agradecimento ao convite em escrever este artigo e apresentar o tema no IV Colóquio Miroslav Milovic - Comunidade da Diferença foi um presente. Registro gratidão por este momento, especialmente na língua changana (Moçambique), *Kanimambo*, gratidão em português.

Aproveito este momento de escrita para homenagear aqueles que me acolheram, minha ancestralidade e especialmente ao professor Miroslav Milovic que me orientou no mestrado e a professora Marlene Teixeira Rodrigues que me orientou no doutorado. E foi assim que cheguei

¹ Mulher negra, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador, Mestra em Filosofia pela UnB, Doutora em Política Social pela UnB e Assistente Social do Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Gama (Brasília/DF). *E-mail:* zorayona@gmail.com.



aqui, pois os dois acreditaram no meu projeto acadêmico.

Dedico também o presente artigo às estudantes negras que lidam com a realidade que é desigual cotidianamente. A minha caminhada foi acontecendo, a minha formação da graduação foi no curso de Serviço Social (2006) e ali eu já estudava a questão de gênero. No Mestrado em Filosofia (2011) nossa pesquisa seguiu com estudos de gênero e sexualidade e recentemente no Doutorado em Política Social (2022) a pesquisa seguiu com estudos sobre desigualdades, questão racial, gênero e classe na Educação Profissional pública.

Ao receber o convite para IV Colóquio Miroslav Milovic - Comunidade da Diferença², revivi memórias, como o curso de Especialização em Filosofia (2009), espaço que me proporcionou conhecer o professor Miroslav, lembro-me da sua gentileza e o seu incentivo para a continuidade dos estudos após o mestrado.

Importante destacar que o texto desenvolvido tem como base a tese de doutorado *Educação profissional, permanência estudantil e desigualdades raciais e de gênero - o IFB-Gama*, defendida em 2022, cujo objetivo foi investigar as dimensões racial e de gênero, identificadas como situação de vulnerabilidade social, que se colocavam no Auxílio Permanência Presencial, da Política de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - campus Gama. (COSTA, 2022)

Portanto o presente artigo reuniu estudos, artigos e livros dos(as) pesquisadoras(es) como: Carla Akotirene (2019), Chimamanda Ngozi Adichie (2015), Kimberlé Crenshaw (2002), Lélia Gonzalez (2018), Luiz Antônio Cunha (2000; 2005), Miroslav Milovic (2004), Heleieth Saffioti (2013), Geraldo da Silva e Marcia Araújo (2005) e Zora Costa (2022), a seguir nosso diálogo aborda sobre interseccionalidade e comunidade da diferença.

2 Interseccionalidade e comunidade da diferença:

Nosso diálogo se inicia com uma citação do professor Miroslav Milovic (2004, p. 9), que afirmou “Em solidariedade a todos que não desistiram e que despertam ainda o entusiasmo.” Também nos solidarizamos aos que não desistem, mesmo cientes do modelo de sociedade atual, com formação sócio-histórica permeada pelo racismo, sexismo e desigualdades de toda ordem, ainda alimentamos de forma entusiasta a coragem para atuar e resistir.

Isso leva a possibilidade de “confrontar-se com o sujeito moderno e pensar as alternativas” (Milovic, 2004, p. 09), alternativas essas que permite olhar para o “padrão global moderno” (Akotirene, 2019, p. 35) que foi sendo construído. Deste modo, cabe perceber e verificar “o indivíduo não no sentido neoliberal e egoísta, mas no sentido dessa ideia da diferença” (Milovic, 2004, p. 131).

Nesta perspectiva Chimamanda Ngozi Adichie (2015) afirma que “A questão de gênero é importante em qualquer lugar do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente.” (p. 28), diante disso a realidade diferente implica em rompermos com processos desumanos estabelecidos e naturalizados, para isso é urgente uma mudança na forma de estar no mundo, estruturando uma comunidade do conhecimento que seja dialógica, assim como estamos fazendo no presente artigo.

² Ver no site: <https://www.institutomiroslavmilovic.com.br/colsquio>

Volta-se desta forma ao passado recente, o ano de 2018, quando ingressei no doutorado e pude neste momento verificar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que demonstravam que o abandono escolar tinha aumentado entre os estudantes negros.³ No ano de 2023, a desigualdade racial persiste na educação brasileira, conforme as informações do IBGE sobre a conclusão mínima do ciclo básico educacional,

Com relação à cor ou raça, 61,8% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 48,3%, uma diferença de 13,5 p.p. entre os dois grupos analisados.⁴ (IBGE, 2023, p. 3).

Os fatores societários da desigualdade racial no Brasil têm raízes históricas profundas. O passado está permeado de fatores que contribuíram para a materialização do racismo e sexismo na nossa sociedade fruto do patriarcalismo e segregacionismo.

Conforme pode-se observar no decorrer da história as desigualdades racial e de gênero, suas contradições, potencializaram e firmaram o que denominamos em nossa tese de viés (tendência) racista-sexista-classista. Este cenário está cercado de desigualdade, dinâmicas construídas historicamente e que se apresentam na formação social brasileira.

Ainda sobre a pesquisa do IBGE em 2023⁵, observamos a frequência escolar no ensino médio “No tocante à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 80,5% para as pessoas brancas, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 71,5%” (2023, p.7). Estes dados reforçam como este processo histórico foi sendo produzido, criando uma sociedade desigual.

Neste sentido, nossos estudos reúnem a tríade Racismo-Sexismo-Classismo, pois compreendemos que pensar estas categorias de forma separada é reforçar a existência da desigualdade racial e de gênero. Conforme nossas pesquisas, o **viés racista** está presente no projeto de sociedade brasileira, constituído para que o processo de domínio segregador e de desumanização da população negra se expandisse. Constatou-se na nossa pesquisa que o ingresso das pessoas negras na Educação Profissional pública, a partir de sua origem em 1909 foi mínimo (SILVA; ARAÚJO, 2005).

Com relação a presença do **viés sexista**, como parte do projeto patriarcal, se apresentou também na educação profissional, quando as mulheres eram incluídas para ingressarem em cursos como economia doméstica e prendas manuais (CUNHA, 2005^a). Os homens eram preparados para a indústria, elas eram preparadas para o lar, situação que só começou a se modificar com a maior demanda de mão de obra para a indústria (CUNHA, 2005^a).

Em relação as mulheres negras, estas estavam à margem do acesso educacional, a história nos mostra que este caminho foi complexo e o ingresso no passado foi mínimo nas escolas profissionais femininas e tiveram que lidar com a desigualdade racial (GONZALEZ, 2018; SAFFIOTI, 2013). As mulheres negras e o acesso à educação profissional pública foi ínfimo, a história nos mostra que desde cedo as mulheres negras desempenharam atividades laborais, trabalhavam para sobrevivência.

3 Ver no site: Desigualdade racial na educação | Observatório de Educação (institutounibanco.org.br)

4 Ver no site: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf

5 Ver no site: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf

Em relação as questões relacionadas ao **viés classista**, destaca-se que “o classismo se revela pela finalidade original, pois a educação profissional pública foi voltada aos filhos dos trabalhadores se observarmos a lei que inaugura a educação em 1909” (COSTA, 2022, p.59)

A interseccionalidade emergiu na tese e a tríade Racismo-Sexismo-Classismo, não pode ser pensada de forma fragmentada. A interseccionalidade como ferramenta de luta política (AKOTIRENE, 2019) possibilitou identificar as opressões instituídas em nossa pesquisa, apontando os caminhos produzidos historicamente partindo da Colonialidade-Modernidade onde se fortaleceu a lógica de dominação.

Deste modo, “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177). A interseccionalidade aqui empreendida permitiu identificar o entrecruzamento dos elementos que se colocam frente ao processo histórico e estrutural (GONZALEZ, 2018). A concepção de interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002) possibilitou observar o cruzamento das opressões que atravessavam a vivência das mulheres negras.

Os dados do IBGE que apresentamos aqui dos anos de 2018 e 2023, demonstram um cenário com profundas desigualdades, Miroslav Milovic (2004) nos fez refletir como “a ideia da diferença, é argumento crítico.” (p. 131), o que corrobora com os estudos desenvolvidos por Lélia Gonzalez (2018), que nos faz entender a ideia de diferença disseminada no Brasil, sustentada pelo discurso fantasioso de que somos todos humanos e iguais reforçando como Lélia Gonzalez (2018) nos explica que “o barato é domesticar mesmo.” (p.194).

Pensando no presente e em nossas reflexões é que compreendemos que uma sociedade que tem como herança a colonialidade ligada à modernidade, envolve processos de poder, disputas, violência e competições, com contradições que se dinamizam em projetos dominantes, e que vão promover, sem dúvida, exclusões, opressão e desumanização da população negra. (Costa, 2022, p. 55).

Por fim, olhar a educação profissional pública implica também em abarcar fatores sociais, no que concerne a questão racial e de gênero, tendo como horizonte a **interseccionalidade** (AKOTIRENE, 2019) de modo a ampliar acessos e direitos na **comunidade da diferença** (MILOVIC, 2004), pois “A condição racial e de gênero, aparece como decisiva à permanência estudantil.” (COSTA, 2022).

3 Considerações finais

Ao longo da construção do artigo, procuramos trazer à luz o debate em relação à questão racial, gênero e classe no âmbito da educação profissional pública, o que permitiu reunir elementos para a materialidade deste estudo, compreendendo que toda pesquisa é um desdobramento, assim podemos produzir outros estudos a partir do diálogo crítico, como a obra de Miroslav, Comunidade da Diferença (2004), nos possibilitou compreender.

Neste sentido, ao ler e aprender com estudiosos da interseccionalidade, refletimos sobre o viés racista-sexista-classista em nossa sociedade, também sobre a educação profissional pública e a sua origem. Bem como refletimos sobre a importância da interseccionalidade - questão racial, de gênero e classe - que se apresentam como uma ferramenta política e de criticidade sobre a

realidade (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002).

Destacamos ainda que o viés racista-sexista-classista não está fragmentado. Expostas as questões, lhes convidamos a atuar em um projeto de sociedade antirracista, antissexista e anticlassista, que se oponha radicalmente ao racismo, ao sexismo e ao classismo.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 63 p.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólem, 2019. 150 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909 (Publicação original). Cria as capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito, Rio de Janeiro, 26 set. [1909]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%3Aensino%20profissional%20primario%20e%20gratuito>. Acesso em: 24 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 15 jan 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Presidência da República [2010a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República [2010b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm. Acesso em: 9 jun. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020

COSTA, Zora Yonara Torres. **Educação profissional, permanência estudantil e desigualdades raciais e de gênero – o IFB-Gama**. Orientador Marlene Teixeira, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UNB. Brasília, 2022, 186p.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000a. E-book. 156.

CUNHA, Luiz Antônio. 1943 - **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005a. E-book.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flasco, 2005b. E-book.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed., São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, 486p.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023**. Educação 2023, 2023. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-educac-o-2023.html>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MILOVIC, Miroslav. **Comunidade da Diferença**. Relume Dumará: Ijuí, RS Unijuí, Rio de Janeiro: 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Marcia. **Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas**. In: ROMÃO Jeruse (org). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.